Colonização e desflorestamento: a expansão da fronteira agrícola em Goiás nas décadas de 1930 e 1940

*Sandro Dutra e Silva
José Luiz de Andrade Franco
José Augusto Drummond*

Introdução

Vários textos de história ambiental brasileira examinam o desmatamento e a transformação de formações vegetais naturais (DEAN, 1996; DRUMMOND, 1997; ARRUDA, 2000; MILLER, 2000; PÁDUA, 2004; NODARI; KLUG, 2012; NODARI, 2012; CABRAL, 2014). Eles focalizam a Mata Atlântica, o bioma brasileiro que mais sofreu os impactos da presença humana, já que ela foi “o *locus* fundamental do encontro biofísico e cultural que remodelou a terra e a vida a partir da chegada dos europeus...” (CABRAL, 2014, p. 25).

Este artigo se insere nessa linha da história ambiental do desmatamento e da transformação de vegetação nativa, mas trata de outro bioma, o Cerrado. A pesquisa enfoca florestas de Goiás, conhecidas como o “Mato Grosso de Goiás” (MGG), um enclave de floresta estacional decidual no Cerrado. Este bioma apresenta uma expressiva variedade de paisagens e fitofisionomias, estruturadas em um grande mosaico que reflete “a distribuição das manchas do solo, também em mosaico [e] a incidência irregular das queimadas e de outras formas de ação do homem” (COUTINHO, 1990, p. 24).

A grande extensão e a rica diversidade florística são as características geográficas e ecológicas mais marcantes do Cerrado. Porém, o seu estudo precisa considerar também o intenso processo de devastação iniciado nas primeiras décadas do século XX e que vem alterando radicalmente as suas paisagens. O termo “devastação” surgiu na historiografia brasileira na primeira metade do século XX (MARTINEZ, 2006). O seu uso se vincula aos modelos agrônômicos e historiográficos que estudam a expansão agrícola

e a consequente modificação das paisagens nativas no oeste do Brasil. Foi nos EUA, sobretudo nos estudos sobre a história de ocupação e expansão demográfica para o oeste, que o interesse pelo tema amadureceu; textos de história do oeste e história ambiental focalizaram o tema (TURNER, 2010; WEBB, 2003; SMITH, 2009; NASH, 1982; WORSTER, 1994). Pensando no que ocorreu nos EUA, buscamos aqui estudar a devastação em conexão com a expansão das fronteiras do oeste brasileiro, onde solos, mananciais, águas, vegetação e minérios estimularam o uso desregrado dos recursos naturais.

O objetivo deste artigo é compreender a ocupação e a colonização da área do MGG, que durante o século XX recebeu grande influxo migratório e passou por marcantes transformações econômicas e ambientais. Foram usadas fontes que descrevem o MGG nos séculos XIX e XX e eventos que determinaram a sua ocupação na década de 1940, sobretudo a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). A Mata de São Patrício (MSP), na parte norte do MGG, recebe atenção especial, por ser objeto de relatos numerosos. As fontes usadas descrevem a floresta antes do desflorestamento e permitem entrever a grosso modo a sua composição florística, a sua ocupação acelerada e o seu corte raso. Foram usados relatos de viajantes, estudos geográficos, matérias jornalísticas e outros documentos de época. Trata-se de um estudo sobre a história da devastação de uma formação florestal singular situada no interior do bioma Cerrado.

O Mato Grosso de Goiás – a ecologia de uma formação florestal singular

O MGG compreendia uma área de floresta estacional decidual (floresta tropical caducifólia), encravada no bioma Cerrado (Mapa 1), no sul do antigo território de Goiás.¹ Essa região foi ocupada apenas esparsamente nos séculos XVIII e XIX. Os povoamentos ocorreram em torno do MGG, que estava em contato com outros tipos de vegetação, nas chamadas áreas de tensão ecológica, caracterizadas por contatos entre matas mistas e campestres do Cerrado. De acordo com uma conhecida classificação da vegeta-

¹ Atualmente, a área do MGG está no centro-norte de Goiás, por causa do desmembramento de Tocantins, ocorrido em outubro de 1988. As fontes usadas, anteriores à criação de Tocantins, situam o MGG no sul do estado.

ção brasileira (VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991), a floresta estacional decidual se relaciona com um regime de duas estações climáticas bem definidas: uma é chuvosa, seguida por um período igual de estiagem. Na estiagem, as plantas com folhas são predominantemente caducifólias; a queda foliar gira em torno de 50%. As florestas deciduais no Brasil estão presentes nos domínios florísticos tropicais e subtropicais, ocupando grandes áreas descontínuas, o que as coloca em contato com diferentes domínios florísticos, como ocorre com o Cerrado na nossa área de estudo (Mapa 1).

Mapa 1: Mapa de vegetação do Brasil – destaque para o Mato Grosso de Goiás

Fonte: Adaptado por D.C. Cabral, baseado no mapa de vegetação natural do Brasil, data-base RADAM/IBGE.

O desaparecimento do MGG, embora recente, dificulta a sua classificação florística e biogeográfica e a estimativa da sua área original. Veloso e coautores enquadram o MGG em um ou mais entre quatro grupos de flo-

restas estacionais decíduais: floresta estacional decidual aluvial, encontrada em terrenos próximos às calhas dos rios; floresta estacional decidual das terras baixas, encontrada entre 5 e 100 metros de altitude; floresta estacional decidual submontana, que varia com a latitude e ocorre entre 30 e 600 metros de altitude; e floresta estacional decidual montana, situada entre 400 e 2.000 metros de altitude (VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991). Segundo esses autores, o MGG pertence ao grupo de florestas estacionais decíduais submontanas, que tem as seguintes características fisionômicas:

[...] situada ao norte de Goiás e sul do Estado de Tocantins, entre a floresta Estacional Semidecidual do Sul do Pará e a Savana (Cerrado) de Goiás, mais especificamente no vale do rio das Almas e seus afluentes, ocorre uma fisionomia ecológica com mais de 50% de seus ecótipos sem folhas na época desfavorável. Esta formação, denominada “Mato Grosso de Goiás”, apresenta fisionomia ecológica de mesofanerófitos, nela predominando uma mistura de ecótipos savânicos [...] de alto porte com outros caducifólios florestais (VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991, p. 79).

Essa mistura de ecótipos² savânicos e de floresta de alto porte e a classificação dessa fisionomia como de mesofanerófitos indica a predominância de árvores cujas alturas variam entre 20 e 30 metros. Em Goiás, essas características são exclusivas e predominantes na região do MGG (Mapa 1). Sano et al. (2007) julgam ser essa fisionomia de ecótipos caducifólios. Eles relacionam as formações caducifólias com “solos férteis ou eutróficos, derivados de rochas metamórficas e intrusivas básicas e/ou ultrabásicas granulitizadas, mas que, geralmente, são pouco profundos” (SANO et al., 2007, p. 90). Ainda assim, parte do MGG, relacionada com solos mais profundos, tem uma fisionomia bem menos caducifólia, designada como floresta estacional semidecidual. Esses autores registram solos argilosos e nitossolos na parte norte do MGG, nos municípios de Barro Alto, Ceres e Rubiataba, na localidade de Vale do São Patrício. Esta informação é significativa, pois, mesmo com predominância caducifólia, o MGG apresentava disjunções de floresta estacional semidecidual, sobretudo nos municípios citados, que correspondia à MSP. Mesmo com predominância de área florestada decidual, a parte norte do MGG apresentava características

² De acordo com o *Manual Técnico da Vegetação Brasileira*, ecótipo significa um conjunto de indivíduos de uma comunidade (no caso florística) dotada de um mesmo padrão genético. Ver: IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual técnico da vegetação brasileira. Série manuais técnicos em geociências, número 1. Rio de Janeiro, IBGE, 1992.

de floresta estacional semidecidual, por causa do seu solo rico. Segundo Ribeiro; Walter (1998), era uma “mata seca sempre verde”.

Faissol (1952) chamou o MGG de “Zona da Mata” de Goiás. Segundo ele, o nome “Mato Grosso”, usado desde o século XVIII, era genérico, relacionado à fisionomia florestal. Porém, havia nomes diferentes para algumas partes do MGG, geralmente ligados aos nomes dos rios mais próximos. Faissol dividiu o MGG em três partes, adotando os nomes usados localmente. O norte do MGG recebeu o nome de MSP. Era a parte mais preservada em fins dos anos 1940, mas já ocorriam desflorestamento e ocupação humana ligados à criação da CANG. O oeste do MGG foi chamado de Mata de Santa Luzia ou São Domingos, por estar perto do Rio São Domingos, em Anicuns. A parte meridional, na região de Guapó, foi chamada de Mata da Posse; ficava perto de Goiânia e começou a ter altos índices de desflorestamento a partir da década de 1930.

Faissol oferece a única estimativa fundamentada da área original do MGG: 20.000 km². Ela pode ser considerada diminuta se comparada ao território de Goiás e aos extensos campos cerrados predominantes. Foi esse contraste entre campos cerrados extensos e o MGG relativamente pequeno que chamou a atenção dos primeiros observadores. A antiga província e o antigo estado de Goiás tinham cerca de 617.800 km² (soma das áreas atuais de Goiás e Tocantins). Com 20.000 km², o MGG cobria apenas 3,23% dessa área. Mesmo com o desmembramento de Tocantins, em 1989, a área do MGG (a essa altura devastada) corresponderia a apenas 5,88% da área atual de Goiás. Apesar de aparentemente pouco significativa, essa área original do MGG corresponde a cerca de 50% do atual território do estado do Rio de Janeiro (FAISSOL, 1952).

A classificação florística e biogeográfica do MGG é também duvidosa, pela sua quase completa destruição e pela escassez de materiais biológicos coletados. O uso de mapas digitalizados (de vegetação, geologia, clima e solos) revela que o MGG pode ter tido contato com as formações do bioma Mata Atlântica no sul de Goiás, no eixo do Rio Paranaíba, fronteira com o “Triângulo Mineiro”. A confirmação disso teria duas implicações. O MGG não seria um enclave isolado de floresta no bioma Cerrado, mas uma extensão extrema do bioma Mata Atlântica, e a estimativa de Faissol da área do MGG seria alterada para cima (DUTRA E SILVA et al., 2015).

O século XX em Goiás foi marcado pelas primeiras manifestações de uma política de modernização e integração com o sudeste do Brasil, por

meio da expansão ferroviária. Nas duas primeiras décadas, ferrovias e rodovias substituíram as antigas rotas de tropeiros e boiadeiros. Nos anos 1930, a expansão rodoferroviária já chegara ao sul do MGG; em 1933, a nova capital de Goiás, Goiânia, começara a ser construída nas bordas do MGG. Em 1935, a ferrovia chegou a Anápolis. Isto causou forte valorização das terras e estimulou um significativo fluxo migratório para a área do MGG.

Alguns registros dos anos 1920 e 1930 descrevem as migrações e a natureza ainda preservada do MGG. Destacamos dois relatos feitos por duas pessoas que mudaram para a região na esteira do surto de valorização fundiária: o advogado brasileiro Carlos Pereira de Magalhães (1881-1962) e a atriz e escritora norte-americana Joan Lowell (1902-1967).

Magalhães nasceu em São Paulo. Mudou-se para Goiás em 1918 e dedicou-se à compra de uma fazenda de 135 mil hectares na região vizinha à MSP, próximo ao Rio das Almas. A negociação foi feita em nome de importante família paulista, os Monteiro de Barros. Magalhães comprou para essa família uma propriedade dos irmãos Brockes³, descendentes de imigrantes alemães, oriundos de Blumenau, Santa Catarina. Os relatos de Magalhães sobre a MSP foram publicados, juntamente com as suas cartas, escritas entre 1918 e 1925 (NEIVA, 1984; MAGALHÃES, 2004; DUTRA E SILVA, 2008).

Os relatos de Magalhães antecederam o grande fluxo migratório da década de 1940. As cartas mencionam a MSP – paisagens, fauna, flora, estradas e caminhos. Em carta de 26 de junho de 1919, Magalhães escreve: “Senti-me emocionado com a grandiosa barreira verde da floresta primeva, que se desdobra pela serra da divisa a mais de 5 léguas de fundo e estende-se do Rio das Almas ao Morro dos Bois, mais de 15 léguas sem solução de continuidade” (MAGALHÃES, 2004, p. 92). Descreveu a exuberante vida selvagem (onças, anacondas, pássaros e outros animais) e a vegetação florestal em estado bruto. Ele constrói uma narrativa sobre a beleza natural que tanto o impressionava.

Em carta de 12 de maio de 1919, Magalhães relata um banho no Rio das Almas: “Entrei na faixa florestal que guarnece as margens do rio a menos de um quilômetro do nosso rancho. Sentei-me à sombra do gigante

³ A fazenda “Lavrinha” foi comprada em 1906 pelos irmãos Brockes, para instalar uma colônia alemã, seguindo o modelo de Blumenau. Eles abandonaram o projeto e venderam a fazenda para a família Monteiro de Barros, de São Paulo (Dutra e Silva, 2015).

arvoredo, hipnotizado pela beleza virgem da selva” (MAGALHÃES, 2004, p. 75). Em 30 de junho de 1919, relatou outra experiência, uma caminhada até um antigo cafezal. Na companhia de vizinhos, atravessou rios e riachos, seguindo trilhas em meio ao denso arvoredo, até chegar a uma área úmida onde tinham sido plantados pés de café; outros pés cresciam espalhados à sombra da abóboda fechada, possivelmente a partir de sementes espalhadas por aves como o jacu. Descreve ricamente a fauna e a flora da MSP e a maneira como os sertanejos colhiam o café: “Estranhei o modo de colher café, cortando-se a facão o cafeeiro. [...] Por estas poucas linhas, poderá o amigo avaliar a inépcia da atualidade e a expectativa do futuro desse desprezado rincão” (MAGALHÃES, 2004, p. 97).

As cartas de Magalhães acusam, também, o início da devastação florestal, causada pela abertura das primeiras estradas, ligando as minas de Crixás a Jaraguá, passando pela fazenda Lavrinha. Preocupado, Magalhães sugeriu ao governo goiano a criação de um parque nacional, algo inovador para a época.

Anos depois, Lowell registrou em suas memórias (publicadas nos EUA, em 1948, com o título de *Promised Land*) as suas experiências no MGG (LOWELL, 1952). Nascida em Berkeley, Califórnia, morreu no Brasil. Teve curta carreira no cinema mudo, iniciada em 1919, na *Goldwyn Studios*, atuando em filmes como *The Gold Rush*, de Charlie Chaplin, em 1925. Em 1935, ela se mudou para o Brasil, acompanhando o seu segundo marido, o Capitão Bowen, contratado pela mesma família Monteiro de Barros para abrir uma estrada ligando a fazenda Lavrinha a Jaraguá.

O livro de Lowell, posteriormente publicado no Brasil, descreve a chegada de novos habitantes, no final da década de 1930, sobretudo na MSP, ainda bem preservada: “O Rio das Almas tinha-se insinuado pelas florestas de Lavrinha e São Patrício. [...] A sudoeste da crista da montanha, podíamos ver a nossa nova fronteira. Centenas de milhas de floresta de boa madeira cobriam rica terra vermelha” (LOWELL, s/d, p. 62-63). Ela narra as visitas à floresta para observar fauna e flora. Como Magalhães (2004), descreve uma caminhada ao antigo cafezal e a colheita do café na MSP.

O texto de Lowell é uma narrativa romântica sobre a natureza indômita e a chegada dos primeiros pioneiros encarregados de dominá-la. Lowell descreve vividamente a chegada dos colonos à CANG nos anos 1940. Misturando ficção e realidade, os relatos dela documentam a intensa ocupação da área e destacam a função das rodovias nesse processo.

Expansão agrícola e colonização do oeste brasileiro

O cenário natural impôs desafios e deu estímulos para a abertura da fronteira goiana. A ocupação concentrou-se, no século XVIII, nas localidades auríferas. Com a decadência do ouro, a pecuária extensiva virou a principal atividade produtiva, ocupando áreas de campo cerrado e evitando as poucas formações florestais.

David McCreery (2006) considera a pecuária extensiva o principal vetor de ocupação de Goiás no século XIX e classifica Goiás como a “fronteira da fronteira”. As áreas de campos cerrados eram queimadas regularmente para servir de pastagem para o gado, mercadoria que não precisava ser transportada, apenas conduzida (CAMPOS, 1985; BORGES, 1990; PALACIN; MORAES, 1994). A atividade agrícola em escala comercial era inviável, devido às grandes distâncias e à inexistência de vias de escoamento da produção. As elites locais não se interessavam pelas áreas florestadas, pois elas dificultavam a formação de pastagens. Combinado com a ampla oferta das pastagens nativas dos campos cerrados, esse desinteresse garantiu a preservação das formações florestais. No entanto, nas primeiras décadas do século XX, a expansão de ferrovias e estradas estimulou a imigração de pessoas interessadas na agricultura comercial, inclusive no MGG.

Para Faissol (1952), em meados do século XX o MGG era a região mais importante de Goiás para expansão agrícola e colonização. Apontava os fatores propícios, como o capeamento sedimentar composto de rochas eruptivas básicas; solos resultantes da decomposição dessas rochas, com apreciável riqueza em humo; e um forte crescimento populacional, comparável somente ao do norte do Paraná naquele momento. O crescimento demográfico acelerado chamou a atenção de Faissol. Os dados relevantes constam da Tabela 1. Faissol destacou quatro fatores que o estimularam: a construção da nova capital (Goiânia), iniciada em 1933; o avanço da ferrovia, que chegou a Anápolis em 1935; o início do povoamento da CANG, na MSP, em 1941; e a ligação rodoviária entre a CANG e a estação ferroviária de Anápolis, concluída em 1944 (FAISSOL, 1952).

Tabela 1: População do Estado de Goiás e do Mato Grosso de Goiás: 1920, 1940 e 1950

Ano	População de Goiás (1)	População do Mato Grosso de Goiás (2)	(2)/(1) %
1920	511.919	80.000	15,62
1940	661.226	200.157	24,20
1950	1.010.880	400.000	39,56

Fonte: Adaptado de Faissol, 1952.

Sobre os dados da Tabela 1, deve ser notado que as cifras válidas para o MGG (coluna 3) não registram apenas os residentes na área florestada. Para 1940, por exemplo, os municípios considerados foram Anápolis, Anicuns, Goiânia, Goiás, Inhumas, Itaberaí e Jaraguá. Eles eram grandes e muitas populações recenseadas moravam longe do MGG. De toda forma, em 1920 a área de estudo já hospedava uma população razoavelmente grande, considerando o seu caráter remoto e o difícil acesso. No entanto, a quarta coluna demonstra que entre 1920 e 1950 a população da área de estudo cresceu mais aceleradamente do que a do resto do estado – a sua participação percentual mais do que duplicou naqueles 30 anos.

A “Marcha para o Oeste” foi lançada pelo governo Vargas em 1938. Visava, entre outros objetivos, ocupar e colonizar o oeste do Brasil, inclusive Goiás. Em 1940, o governo goiano, colaborando com o programa, doou à União áreas próximas à MSP, por meio do Decreto-Lei n. 3.704/1940. O interventor estadual Pedro Ludovico pretendia facilitar a instalação de um núcleo colonial. O artigo 1º do decreto dizia o seguinte: “Ficam doadas ao Governo da União as terras necessárias para a instalação de um Núcleo Colonial e compreendidas dentro dos seguintes limites: Rio das Almas, S. Patrício, Carretão, Divisor Daguas, Areas e Ponte Alta, Rio Verde até confluência com Rio das Almas, [...]” (GOIÁS, 1940). O governo goiano, ao fazer essa doação, obviamente não levou em conta a riqueza florestal da Mata de São Patrício. Na verdade, evitou conflitos com as oligarquias locais, pois a doação da área florestada não ameaçava os domínios dos grandes donos de terra, formados por campos cerrados.

Em 1943, as obras de instalação da CANG avançavam, e a região recebia muitos colonos. Em artigo publicado pelo *Correio Oficial*, em 26 de

dezembro, a CANG foi definida como “o primeiro marco da nova política colonizadora do Presidente Vargas”. A matéria invocava os objetivos nacionalistas da CANG, que estimulavam o deslocamento de pessoas para o oeste, descrito como “vasto patrimônio, uno e indissolúvel” (GOIÁS, 1943). O artigo destacava o andamento das obras da colônia e da rodovia de acesso, destacando a inspeção feita pelo engenheiro José de Oliveira Marques, diretor da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. A matéria informava que avançavam rapidamente as obras na rodovia que ligaria a CANG aos principais centros consumidores de Goiás.

A imprensa goiana via a CANG por diversos ângulos. Enquanto a imprensa oficial da capital via nela um símbolo de brasilidade e da “Marcha para o Oeste”, em sintonia com a propaganda do governo federal, os jornais do interior viam na colonização da MSP a possibilidade de desenvolvimento regional, expresso na construção de rodovias. A imprensa de Goiânia dava mais ênfase à construção e ao batismo cultural da nova capital; situava a CANG no contexto da “Marcha”, como extensão dos benefícios do governo federal e do interventor estadual. A imprensa de Anápolis, por sua vez, celebrava a abertura de estradas que permitiriam o acesso do município ao norte de Goiás e do país.

O jornal *O Anápolis*, de 25 de dezembro de 1943, saudou o início das obras da rodovia que ligava a CANG a Anápolis e Goiânia como sinal de progresso regional (O ANÁPOLIS, 1943). Em 1º de outubro de 1944 apresentava a CANG como “uma obra que conquista aplausos”; a abertura da rodovia era considerada uma iniciativa vitoriosa, pois permitia o contato da CANG “com o ponto terminal da Estrada de Ferro de Goiaz, nesta cidade” (O ANÁPOLIS, 1944). A ferrovia transformara Anápolis em polo atacadista, e por isso os jornais locais elogiavam a ampliação da malha rodoviária na direção da MSP. O assunto era recorrente, como se vê numa matéria sobre as vistorias feitas por um técnico do Ministério da Agricultura nas obras da CANG:

Agora que visitou a Colônia, um técnico do Ministério da Agricultura, [...] o dr. Honorato de Freitas, concedeu uma entrevista ao Departamento de Imprensa e Propaganda de Goiaz, [informando] que os excelentes 143 quilômetros de rodovia abertos desta cidade à Mata de S. Patrício é obra sólida, visto que não se intercala de mata burros de madeira, comumente usados, mas por boeiros e pontilhões de concreto armado; que a população da [CANG] já atingiu 8.000 habitantes, constituída por 1.056 famílias, já tendo sido cultivada uma área de 5.000 hectares [...]: 400 hectares de cana, 2.400 de arroz e 2.200 de feijão e milho (O ANÁPOLIS, 1944, s/p).

Freitas informava ainda que era forte o afluxo de colonos. Reafirmava a intenção do governo federal de ocupar os 5.000 lotes da CANG, ampliando a população e a produção agrícola. Elogiava a atuação do engenheiro Bernardo Sayão (administrador da CANG) na implantação da colônia e na construção da rodovia.

A edição de *O Anápolis* de 28 de novembro de 1943 publicou entrevista em que Sayão relatava o andamento das obras da colônia e da rodovia de acesso à MSP. Ele usou a retórica característica da “Marcha para o Oeste”. Confirmava o andamento das obras e garantia que a finalidade das colônias era “melhorar o padrão de vida dos nossos patrícios do interior [...] que foram, são e serão os esteios mestres nos quais se apoiam (sic) nossa economia” (O Anápolis, 1943a, s/p). Sayão dava cifras precisas sobre os trechos concluídos e em construção da rodovia. Ele informava também que a rodovia chegaria a Sant’Ana (Uruaçu), no norte de Goiás. *O Anápolis* previa que ela ligaria o sul e o norte do Brasil e seria a via de escoamento da produção agrícola goiana para o sul do país, tendo Anápolis como centro distribuidor. O trecho norte da estrada, a 270 km de Anápolis, era dado como quase concluído. Sayão defendia a extensão da rodovia até o Maranhão, afirmando que chegar a Carolina permitiria o acesso “a Santo-Antônio-das-Balsas, porto navegável do rio Parnaíba; de lá, por meio de pequenos veleiros, se chegaria a Belém, no Pará”, de onde se poderia “embarcar para os Estados Unidos [...] a imensa riqueza latente que até o presente saía oneradíssima para o porto de Santos” (O ANÁPOLIS, 1943a, s/p). Vale notar que esse traçado foi usado na construção da rodovia Belém-Brasília, no final da década de 1950 (DUTRA E SILVA, 2014).

Sayão apoiava as reivindicações do prefeito de Anápolis, Joaquim Câmara Filho, interessado na ligação rodoviária da CANG com Goiânia, via Anápolis e Nerópolis. Informava que as obras seriam iniciadas em dezembro de 1943. Ele descrevia a expansão da infraestrutura e das atividades produtivas na CANG:

[...], já existe em funcionamento na Colônia uma serraria [...], com marcenaria anexa; olaria [...]; máquina de beneficiar arroz; moinhos; esburgador; debulhadores; máquinas forrageiras; armazém para fornecimento, base da futura Cooperativa; serviço de assistência médica, dentária e escola primária. [...] Existem na Colônia 1.056 famílias [...] em plena atividade agrícola. A safra 1943/44 de arroz está estimada em 70 mil sacas, além de produção bastante acentuada de café, feijão, toucinho, milho, tubérculos, etc.. [...] será instalada uma das usinas do IAA em Goiaz. Ela terá capacidade para 20.000

sacas de açúcar cristal e 10.000 litros diários de álcool motor [...]. Para isso estão sendo plantados [...] cerca de 1.000 hectares de canas [...] (O ANÁPO-LIS, 1943a, s/p).

O relato de Sayão sugere os efeitos perturbadores dos colonos sobre a área florestada. A destruição da MSP fora evitada, no passado, pela dificuldade de remover a floresta e pelo fato de que a pecuária extensiva evitava investimentos onerosos – preferia-se queimar o cerrado ao corte raso da flora. Todavia, a eficiência das máquinas trazidas para o desmatamento na CANG ficava evidente nos tamanhos das safras de 1943/44. O desmatamento continuaria nas décadas de 1950 e 1960. Embora os colonos contassem com tratores para desmatar, eles não abandonaram métodos rudimentares de devastação florestal e cultivo, como o sistema de corte e queima. Outro estímulo a esse sistema foi o desvio do maquinário da CANG para a construção de estradas. Nas áreas próximas, fora da CANG, os fazendeiros também praticavam o corte e queima.

Colonização e destruição florestal do Mato Grosso de Goiás

Os registros dos episódios mais contundentes do desflorestamento do MGG foram feitos nos anos 1940 e 1950 por geógrafos estudiosos da colonização e da migração. Esses estudos foram iniciados pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG), sobretudo pela equipe coordenada pelo geógrafo alemão Leo Waibel (1888-1951). Entre 1941 e 1944, Waibel foi *Visiting Professor* na University of Wisconsin, Madison (EUA). O CNG o contratou em 1945 para orientar geógrafos brasileiros em estudos de colonização no Brasil. Waibel conheceu alguns desses geógrafos em Madison, quando estudaram lá. O contato de Waibel com eles, principalmente Orlando Valverde e Fábio de Macedo Soares Guimarães, propiciou o convite para que ele trabalhasse como consultor do CNG, entre 1946 e 1950. De acordo com Alexandre Camargo (2009), os geógrafos do IBGE, Jorge Zarur, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Orlando Valverde, José Veríssimo da Costa Pereira, Lúcio de Castro Soares e Lindalvo Bezerra, foram indicados em 1944 para cursar mestrado e doutorado em universidades norte-americanas (University of Wisconsin, Northwestern University e University of Chicago). Esse contato com professores nos Estados Unidos aproximou o IBGE desses pesquisadores, promovendo, inclusive a vinda de Leo Waibel para o CNG (CAMARGO, 2009; WAIBEL, 1979; ABRANTES, 2013; BELL, 2014)

Nas pesquisas de campo sobre a colonização em Goiás, coordenadas por Waibel, foi aplicada uma abordagem nova em estudos geográficos, com detalhada metodologia de organização de notas, diários de campo, fotografias e croquis. Um dos primeiros trabalhos planejados por Waibel e equipe foi o de compor um *Atlas geral da colonização do Brasil*, para localizar áreas propícias para a colonização e indicar sítios adequados para a instalação da nova capital do Brasil (PEREIRA, 1950; VALVERDE, 1948; WAIBEL, 1949). Além dos geógrafos, o trabalho de campo teve a participação de fotógrafos profissionais, contratados pelo CNG no final da década de 1940, com destaque para Tibor Jablonsky, Tomas Somlo e Stivan Faludi. Eles iam ao campo, registrando aspectos da colonização e do desflorestamento do MGG (ABRANTES, 2013; PEREIRA, 1950)

Para Abrantes (2013), os fotógrafos foram atores importantes na construção da memória institucional do IBGE pelo precioso acervo iconográfico. Os fotógrafos participavam também da organização e do arquivamento das fotografias, registros valiosos da paisagem goiana em transformação durante a expansão da fronteira agrícola. A fotografia de Jablonsky no MGG (Figura 2) é exemplar dos resultados do trabalho coordenado por Waibel.

Figura 2: Roça de arroz, Mato Grosso de Goiás, nas proximidades de Goiânia (GO), 1957

Autores: Tibor Jablonsky e Speridião Faissol, 1957. Fonte: Acervo dos trabalhos geográficos de campo, Biblioteca Central do IBGE, IBGE, 1957.

De acordo com Valverde, a pesquisa geográfica no Brasil se divide em duas fases: antes e depois de Leo Waibel (VALVERDE, 1958). As suas pesquisas de campo começaram em Goiás, onde ele se interessou pela colonização do MGG, em curso. Em artigo de 1947, Waibel explicou porque iniciou os seus trabalhos no Brasil em Goiás:

A resposta é simples: estando eu interessado em colonização, tinha que ir para o interior; estando, além disso, interessado no conhecimento da vegetação original e sua transformação pela atividade humana, decidi ir a uma região onde a influência humana fosse reduzida ao mínimo. Preferia começar o meu trabalho por Mato Grosso. Mas, como a parte central deste estado não é acessível por estrada de ferro, tive que ir a Goiás, onde a linha férrea penetra mais para o interior (WAIBEL, 1947, p. 314).

O artigo resultou de pesquisas realizadas em 1946 no centro-sul de Goiás. Waibel teve Faissol e Osvaldo Lôbo como assistentes de campo. Ao pesquisar o interior “longínquo e selvagem” de Goiás e os efeitos da colonização e das mudanças nas paisagens naturais, Waibel analisou a expansão agrícola nas regiões florestadas de Goiás. Chamou a atenção dele o fato de que a área passava por uma expressiva expansão agrícola, depois de ter sido ocupada esparsamente desde o século XVIII. Ele afirmava que a exploração da pecuária ocupara muitas faixas de campo, sem, no entanto, ser “povoada no sentido estrito do termo” (WAIBEL, 1958, p. 133). Outra consideração importante de Waibel diz respeito à expansão demográfica, que, devido ao avanço da ferrovia vinda do Triângulo Mineiro, gerou um novo modelo de ocupação, caracterizado pelo “pequeno lavrador que cultiva a terra que ele próprio possui e que produz [...] para o mercado. Ele naturalmente se interessou pelas terras com melhor solo, as florestas que os fazendeiros de gado haviam menosprezado” (1958, p. 133).

Entre 1946 e 1948 Faissol participou das visitas de campo coordenadas por Waibel e fez extensa pesquisa no MGG. Constatou grande crescimento populacional e expressiva expansão agrícola. Avaliou que a área original do MGG era de cerca de 20.000 km². Faissol notou que o nome da formação expressava bem o contraste dela com o resto da paisagem de cerrado típico que caracteriza Goiás. Afirmou que, “[...] além de ser um nome conhecido e usado tanto na região como na literatura existente, êle exprime bem o que ela representa no Estado: A Zona da Mata” (FAISSOL, 1952, p. 7).

Com relação ao uso do solo e à expansão agrícola, Faissol chamava a atenção para as formas de exploração agrícola na faixa pioneira do MGG, apontando a necessidade de cuidados com o manejo, para conservar as

riquezas originais da terra. Os seus estudos focalizavam as políticas de colonização e criticavam o modelo adotado no MGG, especialmente nas zonas de ocupação oficial na MSP:

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina observamos áreas colonizadas por europeus há cerca de cinquenta anos, com lotes de 25 hectares, tais como os da [CANG]. A atual situação de algumas destas áreas é de estagnação, quando não de decadência; esta situação deve ser atribuída aos métodos agrícolas usados [...]. Se novos fatores não alterarem a evolução normal da paisagem e dos métodos agrícolas da CANG, dentro de cinquenta anos [...] teremos o esgotamento dos solos e [...] a produção diminuída e a imigração para novas áreas florestais (FAISSOL, 1952, p. 118).

Faissol apontava problemas que causavam a decadência de áreas de fronteira e geravam novos deslocamentos para áreas florestadas. No entanto, ele não se preocupava com a preservação das matas. Propunha a manutenção do potencial agrícola pelo uso racional do solo. Sugeria ampliar as áreas dos lotes para 100 hectares ou mais e substituir a rotação de terras pela rotação de culturas. Para ele, a realização da vocação agrícola da “Zona da Mata” goiana – que ele considerava crucial para o desenvolvimento econômico de Goiás – dependia de uma política de transporte e viação.

Considerações finais

Cerca de 60 anos se passaram desde a publicação do relatório de Faissol. A região do extinto MGG tem hoje uma alta densidade populacional, pois faz parte da região metropolitana de Goiânia e inclui cidades da Mesorregião central de Goiás. A paisagem florestada foi substituída por pastagens formadas com gramíneas de braquiária. Há também extensas lavouras de cana-de-açúcar, sobretudo na microrregião de Ceres (antiga CANG), localizada na área da MSP, outro indicador da devastação da vegetação original.

Os apontamentos deixados pela pesquisa dos geógrafos e fotógrafos do CNG constituem fonte ainda inexplorada para estudos de história ambiental. As suas análises previram um cenário de “devastação” em decorrência do crescimento populacional e da expansão agrícola. Essa previsão estava inserida em textos típicos dos discursos de progresso e desenvolvimento da região Centro-Oeste. Ainda assim, consideramos que o chamado para a exploração racional dos recursos indica que houve atenção incipiente para as consequências danosas do modelo de desenvolvimento prevale-

cente. A proposta do advogado paulista Magalhães (2004), no início do século XX, de que a região da MSP fosse transformada em um parque nacional, se executada, teria permitido a preservação de uma parcela representativa daquela singular formação florestal que foi o MGG. Foi uma sugestão inovadora para a época que, caso aceita, teria feito com que Goiás hospedasse o primeiro parque nacional brasileiro.

Referências

- ABRANTES, Vera Lucia Cortes. O arquivo fotográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o olhar de Tibor Jablonszky sobre o trabalho feminino. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 289-306, 2013.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*. Bauru: EDUSC, 2000.
- BELL, Stephen. Processos Making Tracks Toward the Environmental History of Brazil: A Personal Journey in Historical Geography. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis, v. 3, n. 2, p. 15-33, 2014.
- BORGES, Barsanulfo Gomides. *O despertar dos dormientes: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais (1909-1922)*. Goiânia: Cegraf, 1990.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da Floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 23-39, 2009.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Questão agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- COUTINHO, Leopoldo Magno. O Cerrado e a Ecologia do fogo. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 68, p. 22-30, 1990.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.
- DUTRA E SILVA, Sandro. Os estigmatizados: distinções urbanas às margens do rio das Almas em Goiás (1941-1959). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Departamento de História, Brasília: 2008.

DUTRA E SILVA, Sandro. O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia Belém-Brasília. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 23, p. 21-36, 2014.

DUTRA E SILVA, Sandro; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Devastação florestal no oeste brasileiro: colonização, migração e a expansão da fronteira agrícola em Goiás. *Revista de História Iberoamericana*, v. 8, n. 2, p. 10-31, 2015.

FAISSOL, Speridião. *O “Mato Grosso de Goiás”*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Conselho Nacional de Geografia, 1952.

LOWELL, Joan. *Promised Land*. New York: Duell, Sloan and Pearce; Boston: Little, Brown and Company, 1952.

LOWELL, Joan. *Terra prometida*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

MCCREERY, David. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2006.

MAGALHÃES, Carlos Pereira. *Cartas de Goiás no princípio do século XX*. São Paulo: Editora De Letra em Letra, 2004.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

MILLER, Shawn William. *Fruitless Trees: Portuguese Conservation and Brazil's Colonial Timber*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

NASH, Roderick Frazier. *Wilderness and the American mind*. New Haven, London: Yale University Press. 1982.

NEIVA, Ivany Camara. *O outro lado da colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Brasília, 1984.

NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina”. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Eds.) *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 35-53.

NODARI, Eunice Sueli. “As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação”. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; DUTRA E SILVA, Sandro; DRUMMOND, José Augusto; Galvão Tavares, Giovana (Eds.) *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 241-260.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PALACIN, Luiz; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG. 1994.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Expedição a São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 429-444, 1950.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B.M.T. "Fitofisionomia do bioma Cerrado". In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (Eds.). *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: Embrapa-CPAC, 1998.

SANO, Edson Eyji; DAMBRÓS, Luiz Alberto; OLIVEIRA, Geraldo César De; BRITES, Ricardo Seixas. Padrões de cobertura de solos do Estado de Goiás. In: FERREIRA JR., Laerte Guimarães Jr. *A encruzilhada socioambiental: biodiversidade, economia e sustentabilidade no cerrado*. Goiânia: Ed. da UFG, 2007, p. 85-100.

SMITH, Henry Nash. *Virgin Land: the American West as Symbol and Myth*. Cambridge, Massachusetts/London, England: Harvard University Press, 2009.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. Mineola, New York: Dover Publications Inc., 2010.

VALVERDE, Orlando. "Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. X, n. 4, p. 477-534, 1948.

VALVERDE, Orlando. "Apresentação". In: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, editado por Leo Waibel. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antonio Lourenço Rosa; LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

WAIBEL, Leo. Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 313-342, 1947.

WAIBEL, Leo. "Princípios da colonização europeia no sul do Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. XI, n. 2, p. 159-222, 1949.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2 ed. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1979.

WEBB, Walter Prescott. *The great frontier*. Reno, Las Vegas: University of Nevada Press, 2003.

WORSTER, Donald. *Under Western Skies: Nature and History in the American West*. New York: Oxford University Press, 1994.

Fontes

GOIÁS. *Decreto-Lei n. 3.074*, de 04 de novembro de 1940. Jornal Correio Oficial: Órgão dos Poderes do Estado de Goiaz, 06 de nov. 1940, Ano 104, n. 4.097. Goiânia: Imprensa Oficial do Estado de Goiaz.

GOIÁS. Imprensa Oficial do Estado de Goiaz. *Rasgando a rodovia para a Colônia Agrícola de Goiaz*. Correio Oficial, 107, n. 4.675, Goiânia, 1943, s/p.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Manual técnico da vegetação brasileira*. Série manuais técnicos em geociências, n. 1. Rio de Janeiro, IBGE, 1992.

Jornal O ANÁPOLIS. Iniciada a ligação Goiânia-Colônia Agrícola Nacional. O Anápolis, Ano IX, n. 431, Anápolis, 1943, s/p.

Jornal O ANÁPOLIS. A colônia agrícola nacional: uma obra que conquista aplausos. O Anápolis, Ano X, n. 469, Anápolis, 1944, s/p.

Jornal O ANÁPOLIS. A colônia agrícola nacional e o progresso do Estado de Goiaz: autorizadas revelações do engenheiro administrador da C.A.N.G ao Anápolis. O Anápolis, Ano IX, n. 427, Anápolis, 1943a, s/p.